



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS**

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentado a memória e metodologia de cálculos para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as metas de inflação (IPCA-E).

VARIÁVEIS	2010	2011	2012
PIB real (crescimento anual)	3,50	3,50	3,50
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,20	10,00	9,50
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do ano)	2,40	2,50	2,50
Inflação Média (% anual) projetada c/ base em índice oficial de inflação	4,50	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	374.202.000	387.262.000	400.537.000

No âmbito geral toda arrecadação poderá ser afetada direta ou indiretamente pela crise mundial ocasionando variações negativas que o Município buscará medidas para compensá-las ou minimizá-las evitando ao máximo a redução do poder de investimento.

Com relação às Receitas Tributárias e as relacionadas com a Dívida Ativa, foram consideradas a constante otimização das políticas de fiscalização e cobrança tributárias e a influência da crise econômica mundial.

No tocante às transferências, a variação é decorrente principalmente das provenientes do SUS, FNDE e FUNDEB. As demais transferências acompanham aproximadamente os mesmos índices de crescimento da Receita Tributária, sendo também considerado o possível incremento gerado pela geração de novos pontos de comércio no Município e a influência da crise econômica mundial.

As demais receitas não têm comportamento regular pelo fato de sua origem ser, principalmente, de convênios ou empréstimos regulamentados por contratos, em função disto, consideramos os contratos já firmados e não a série histórica.

As despesas vêm se comportando de acordo com as variações das receitas. Cabe acrescentar, que medidas estão sendo tomadas para a redução do custeio, com o objetivo de abrir novas frentes para investimentos no Município.

Para obtenção dos valores correntes foram utilizados os dados dos balanços de 2007 e 2008, a previsão orçamentária para 2009 e as projeções para os exercícios de 2010 a 2012



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS**

considerando nestas projeções dos índices de inflação e do PIB nos respectivos períodos, bem como, o efeito da implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Os valores constantes foram obtidos dos valores correntes expurgando os índices de inflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais dos exercícios de 2010 a 2012 para o exercício de 2009 e inserindo os índices de inflação aplicados no valor corrente, trazendo os valores executados nos exercícios de 2007 e 2008 para o exercício de 2009, utilizando os índices apresentados abaixo:

Taxa Média de Inflação do Período

Inflação Média (% anual) projetada c/ base em índice oficial de inflação	2010	2011	2012
	4,50	4,50	4,50
{ 1 + ( Taxa de Inflação Ano de referência / 100 ) }	1,0450	1,0450	1,0450

Inflação Média (% anual) apurada c/ base em índice oficial de inflação	2007	2008
	4,36	6,10
{ 1 + ( Taxa de Inflação Ano de referência / 100 ) }	1,0436	1,0610

Cálculo dos Valores Constantes

Ano	Valores Correntes	Cálculo do Índice para Deflação	Índice para Deflação	Valores Constantes
2010	666.616.329	1,0450	1,0450	637.910.363
2011	670.995.556	1,045 x 1,045	1,0920	614.450.728
2012	685.732.019	1,092025 x 1,045	1,1412	600.904.640

Cálculo dos Valores Constantes

Ano	Valores Correntes	Cálculo do Índice para Inflação	Índice para Inflação	Valores Constantes
2008	447.104.825	1,0610	1,0610	474.378.219
2007	398.656.136	1,061 x 1,0436	1,1073	441.415.833

As Receitas Primárias correspondem ao total da receita orçamentária, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras, as operações de crédito, alienação de ativos e as receitas de privatizações.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS**

A Despesa Primária corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida, com concessão de empréstimos com retorno garantido e com a aquisição de títulos de capital integralizado.

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, e é decorrente da diferença entre a Receita Primária, ou seja, a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município, excluindo-se as receitas financeiras, e a Despesa Primária que são as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras.

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Fiscal Líquida que é a Dívida Consolidada Líquida mais Receita de Privatizações. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos o total do Ativo Financeiro, ou seja, disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e demais haveres. O Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício em exame em relação ao saldo da Dívida Fiscal Líquida no período anterior ao de referência.